

São Paulo, domingo, 5 de junho de 1977

CMP 2.1 7.132-1

FOLHETIM

Não pode ser vendido separadamente

20



Dom Paulo
**O PADRE
NOSSO**

“Os direitos humanos têm 2 mil anos: vieram na própria mensagem de Cristo.”



O Pastor Paulo

Uma casa aberta. Bate-se à porta apenas para descobrir que já se poderia ter entrado. Dom Paulo: “Venham, vamos para a sala”. Plínio Marcos, Tarso de Castro, Sérgio Gomes, Nelson Merlin. É uma tarde de domingo, sabíamos que o padre tinha pouco tempo para conversar. “Tenho uma missa para logo, na Freguesia” — como faz por todos os bairros da periferia. Mas o tempo, descobriríamos depois, com Dom Paulo se alarga generosamente. Não no relógio — que ele cumpre como um padre voltado para o contato com o seu povo —, mas na profundidade, na lucidez do seu diálogo: de modo que, uma hora no relógio remete a um tempo imensurável. Ele fala de

sua vida como cardeal: “A vida não mudou, nem podia mudar — caso contrário não teria aceito ser cardeal”. Este padre mora numa casa comum, numa rua tranquila e sem saída do Sumaré. O cardeal arcebispo de São Paulo achava desperdício morar num palácio. E chega mesmo a lamentar que, em outros tempos, se contruíssem “igrejas enormes”, já que hoje basta “um lugarzinho, um barracão para o povo se encontrar”. A situação da Igreja, os problemas nacionais, os estudantes, a comunicação com o seu povo, a luta pelos direitos humanos, a justiça — este o nosso encontro com o padre nosso.

NM — Dom Paulo, o senhor é cardeal há quatro anos e eu gostaria de saber se isso mudou muito a sua vida, do arcebispo de São Paulo ao cardeal da Igreja?

D. Paulo — Não, a vida não mudou nem podia mudar. Se mudasse, eu não teria aceito o cardinalato. Depois, ser cardeal não é outra função, é apenas interessar-se por problemas maiores do que os daqui. A gente é chamado a participar de discussões de problemas mundiais. Se eu não fosse cardeal, nunca teria sido chamado a participar de um congresso interreligioso internacional que tratasse de fome e escassez de energia, em que participaram representantes religiosos do mundo inteiro, onde esteve também

o atual secretário de Estado dos Estados Unidos, Cyrus Vance, o pessoal diretor da FAO e outros, prêmios Nobel etc. Mas aqui em casa, em São Paulo, nada mudou no relacionamento com as pessoas. Eu, por exemplo, sempre fui a Ibiuna participar da procissão do povo na festa de São Sebastião, e fui ontem, passando a tarde e a noite com eles. Hoje, domingo, tenho as minhas missas pela cidade, na periferia...

NM — A vida não mudou, mas mudaram os problemas?

D. Paulo — Os problemas em si se agravaram, sim. Vieram outros que se juntaram aos de antes. E a visão se tornou um pouco mais ampla, no conjunto. Desde o sínodo de 71 (sínodo é uma reunião de bispos eleitos pelos colegas

de todas as partes do mundo, e que se encontram a cada três anos para discutir algum problema mais agudo), a Igreja tem enfrentado o problema da justiça, internamente...

NM — Por exemplo...

Dom Paulo — O problema da mulher dentro da Igreja, por exemplo, a remuneração mais condigna para aqueles que trabalham, e outros. Embora a Igreja viva essencialmente da generosidade, tem que cuidar em primeiro lugar da justiça, antes de cuidar da caridade.

NM — Fale-me do problema da justiça, externamente...

Dom Paulo — O sínodo do qual participei, há dois anos e meio, e que promulgou um documento para nós de

transcendental importância sobre os Direitos Humanos, foi assinado por todos os bispos, inclusive o Papa. Esse documento ressaltou as áreas em que os direitos humanos estavam sendo mais violados. Apesar de sabermos que esses direitos brotam da própria mensagem de Jesus, há uma distância muito grande entre a mensagem e a consciência da mensagem, que a gente verifica em todos os homens e não só nos homens da Igreja. Esse é um problema sério: a mensagem existe há dois mil anos, mas a consciência é vagarosa e só se manifesta conforme os fatos acontecem.

SG — Quer dizer que a questão dos direitos humanos sempre existiu na história, e o que há de novo, hoje, é que a Igreja está mais atenta a eles?

“E parece que não querem que a gente diga quais são os direitos humanos”

CMP 2.1 7 132-2

Dom Paulo — Eu acredito que não seja apenas a Igreja. É uma consciência mundial que acorda. Mas ainda dentro de uma certa nebulosidade. Primeiro, nem todos sabem muito bem quais são os direitos humanos... Depois, todos têm uma certa atitude de defesa dos próprios direitos, e dos direitos dos grupos. E os direitos dos grupos, às vezes, parecem chocar-se com os direitos mais amplos. Assim, surgiu, a partir de uma época moderna, talvez do próprio conflito, de todos os conflitos, aquela consciência progressiva de que se não cuidarmos dos direitos fundamentais nunca vai haver paz. Nunca vai haver paz no mundo sem eles. Daí para a frente, parece-me que a coisa se avolumou. Mas ainda hoje, a meu ver, são muito poucas as pessoas que têm uma atitude correspondente àquilo que já estão vislumbrando, descobrindo devagarzinho.

SG — E o senhor se refere também desta forma ao total da Igreja? Ou melhor: as instituições têm as suas partes verticais e as suas partes horizontais. Na Igreja, os cardeais, os bispos, a CNBB, as Cúrias, seriam a verticalidade, enquanto as paróquias, os encontros, a atividade pastoral corresponderiam à parte horizontal. Parece-me que a Igreja vertical está muito atenta a todos os problemas. O senhor considera que a Igreja horizontal também vai vislumbrando, com mais precisão, esses problemas que a Igreja vertical tem falado a todo momento, mesmo com riscos?

D. Paulo — Essa concepção que você expôs é muito correta, mas está um pouco antiquada...

NM — Sejamos, então, modernos... O que empurra a Igreja?

Dom Paulo — ...bem, essa concepção do Sérgio é anterior ao Concílio. Antes do Concílio era realmente assim que a gente considerava a Igreja: vertical, com uma consciência e dando ou ditando aos outros normas para tudo. Com o desenvolvimento da Igreja, sobretudo de Pio XI para cá, de 1921 para cá, a gente verificou, com a participação dos cristãos, dos leigos, uma transformação quase que radical. Aos poucos, os leigos foram empurrando a Igreja e aquilo que era vertical começou a ser o sustentáculo dos outros. Quero dizer que hoje nós não somos mais uma autoridade que comanda, mas sim uma autoridade que serve, ajuda os outros, que estimula os outros a fazer. Então, você não tem mais as penalidades para quem não obedece e sim o estímulo para que os outros assumam. Eu acho, por exemplo, que essa consciência dos direitos humanos brotou na Igreja ao mesmo tempo que os leigos tomavam consciência deles, e talvez até os leigos estimulassem a isso. Eles é que levaram a doutrina social da Igreja a ser um bem comum aos que convivem num país. Isso estimulou, naturalmente, a hierarquia a progredir também na pesquisa para poder servir melhor a eles. Então, em certos momentos, a hierarquia aparece mais, porque talvez tenha maior respaldo. Mas entre os nossos leigos a consciência é muito grande.

SG — No momento das transformações, tanto na sociedade quanto nas instituições, se trava o debate, trocam-se idéias, definem-se posições, e acontecem divisões. Ora, a Igreja aparece-nos profundamente unida. Aqui na arquidiocese, por exemplo, ela está unida especialmente em torno do seu trabalho. Como a Igreja consegue essa união, num processo de mudança, de polêmica interna, de troca de teses, estimulando as pessoas a se pronunciarem sobre as coisas?

D. Paulo — Em primeiro lugar, eu acho que você é um pouco otimista: a

Igreja unida não seria exatamente a expressão daquele Cristo que foi apresentado como sinal de contradição. Basta citar Gustavo Corção, por exemplo, para se ver que nós não somos um bloco unido. Uns a favor, outros contra. Acho que nós somos sinal de contradição para muita gente.

TC — Mas agora, com a homenagem nos Estados Unidos, esse respaldo de que o senhor falava se abriu muito mais. O que Carter disse foi importante para isso.

D. Paulo — Você leu o que o homem disse? Você concordou?

PM — Eu acho até que ele disse pouco.

D. Paulo — Ele deveria ser mais claro ainda?... Eu acho que ele disse o que podia dizer nesta hora. Eu nem esperava que ele fosse tão incisivo. Porque, afinal, o homem se comprometeu, não é?

PM — ...ele disse coisas que o senhor sempre disse, por isso fica agora mais difícil acusá-lo de comunista... (risos). Agora o senhor tem um colega importante.

TC — O que o senhor achou da juventude americana?

D. Paulo — A consciência da juventude americana é impressionante. Parece até que o homem chegou tarde. A gente se admira que não tenha chegado um outro que tenha pego a bandeira antes dele, porque não é só lá, é em toda parte. A juventude está organizando um movimento em favor dos desaparecidos do Chile. Não transpirou nada, porque vocês não escreveram, mas se celebrava, no mesmo dia, em toda a América do Norte, a solidariedade às famílias dos desaparecidos. Eles tinham os nomes dos 1.500

desaparecidos, com todos os dados, os pronunciamentos, tudo que havia em torno deles. Essa juventude poderia estar bebendo Coca-Cola, podia estar se divertindo. No entanto, ficava lá em uma vigília da manhã até a noite, distribuindo folhetos de solidariedade por todo o país. Essa juventude não tinha nada a ver com eles antigamente, se ainda houvesse a idéia da América auto-suficiente. Mas não é mais. E aquela expressão que Carter usou, de Lincoln, “Não é possível a América do Norte ser um país enquanto a metade é escrava”. Agora não é mais possível o mundo ser mundo se um terço tem tudo e dois terços não têm nada. Sim. O mundo inteiro está comprometido. Se um está errado, os outros também estão errados.

PM — E como as áreas mais conservadoras dos Estados Unidos estão vendo o Carter com essa campanha dos direitos humanos?

D. Paulo — Acho que elas não estão se manifestando como antes, mas devem estar fazendo as suas pressões. Aí é que está o ponto. Ele, Carter, me parece um tipo simples, que se move com facilidade. Quando eu lhe disse “o senhor pode fazer tanta coisa como presidente, mas nunca vai fazer coisa maior que defender os direitos humanos”, ele se comoveu. Mas se comoveu mesmo.

PM — Carter deve ser realmente um caipirão, não é?

D. Paulo — Ele disse uma coisa importante: “Quem precisa de apoio sou eu”. Carter deve estar sentindo que se não houver um apoio maciço da população, ele também se perde. Mas ele tem uma tática muito boa: quando precisa dizer uma coisa incômoda, vai

falar com o povo. Vai para a televisão. Então é difícil fazer uma oposição a uma idéia que o povo aceita, porque, no fundo, o povo americano é um povo simples. Não é um povo sofisticado como seria, por exemplo, o povo francês, ou outros.

TC — Carter parece mais coerente que os Kennedy. Eles criaram toda uma áurea e, na hora, também fizeram as deles...

D. Paulo — O presidente da Universidade Notre Dame, de quem o Carter diz que não conhecia outra pessoa que mais tivesse feito pelos direitos humanos nos Estados Unidos que ele, me disse que a diferença entre os Kennedy e Carter é que ele talvez seja mais respeitado como pessoa. Não é política, não é pura demagogia, embora de tudo isso deva existir um pouco.

PM — Foi possível perceber que ele é sincero nesse problema dos direitos humanos?

D. Paulo — O que a gente pode perceber? Nosso encontro se deu de repente. Eu estava na sacristia me vestindo, quando ele chegou. Não tinha ninguém para falar, e eu tive que falar primeiro (risos). A impressão que se tem, assim na intimidade, é realmente de um homem que quer conversar. Fala coisas com simplicidade, como por exemplo, quando eu perguntei: “Então, agora o senhor vem para a nossa terra? Está na hora?” Ele respondeu: “Acho que ainda não. Mas a minha mulher já vai. Ela vai para Recife, porque nós temos alguns amigos por lá.” A gente nota uma simplicidade total. De repente, um aspecto político e, na hora seguinte, um aspecto de amizade.

SG — Na sua ausência, D. Paulo, um deputado lançou o seu nome para presidente da República.

D. Paulo — Isso é uma bobagem, não me interessa em nada. O que interessa realmente é criar um grupo que fizesse um pouco opinião pública. A questão dos direitos humanos é uma questão quase que de escola, escola primária. É uma questão de saber. Quantas vezes o pessoal diz: “Mas o que é que nós estamos defendendo?” Eu digo que existem trinta artigos da ONU. Vamos lê-los. Nós espalhamos 150 mil exemplares, em 1973, e fizemos a Semana dos Direitos Humanos. E no meio da semana, cassaram a rádio. Exatamente no meio da semana, dia 5 de outubro. Então, parece que não querem que a gente diga quais são os direitos humanos. E nós tínhamos pego os direitos humanos simplesmente como eles são. Transcrevemos e pusemos em baixo em que partes da Bíblia eles se baseiam. E passamos um duro aqui, para imprimir tudo isso. Que a pessoa, na área material, deve ter o suficiente para comer, para se vestir, deve ter uma casa, etc. Depois, na área cultural, deve ter o suficiente para entender a vida, para participar na vida. Na área social, uma mulher precisa participar, os filhos precisam participar, ter o seu clube, o seu lugar onde participar. E na área espiritual, o homem deve poder ter uma visão do mundo, deve ter uma visão das coisas, e liberdade. Está na encíclica de João XXIII, a Paz na Terra. É tão simples. Mas não passa. Curiosamente isso está bloqueado. E no fundo o cristianismo quer isso.

PM — Para começar a resolver os problemas, teria que começar a ter uma divisão de rendas mais justa. É isso que realmente causa uma tremenda implicação, porque o rico não quer abrir mão, e isso era previsto até na Bíblia.

D. Paulo — Todo o problema, no fundo, está aí. De uns quererem tudo e outros não terem nada. Agora, o segun-



“Quem não quer liberdades democráticas? Não vejo aí nada de subversivo”

do passo seria a parte de os outros poderem também conservar aquilo que têm e participar pois sem cultura como é que se vai fazer? A escola. Então é uma meta a curto prazo e uma meta a longo prazo. A meta a longo prazo é realmente a escola. Não a escola como colégio. A escola no sentido da gente se bater para que este povo da periferia possa tomar o seu destino na mão. Eu acredito que o mais rápido possível seria uma escola do lugar. Quer dizer, essa turma se reunir a cada semana num lugar, debater problemas da vida, despertar a consciência e ir para a frente, porque aquela escola onde se aprende a ler e escrever e depois se esquece de novo, aprende de novo e esquece de novo... não dá.

PM — A Igreja já está fazendo isso, não é?

D. Paulo — Esse é o programa que nós implantamos. Olha que é duro. Sabe porque é duro? Porque o homem e a mulher que têm que participar saem às 4 ou 5 da madrugada e chegam à noite. Quando é que vão participar? Eu acho que precisamos de condições muito simples: a primeira é um palmo de terra. Não se pode ir à casa de alguém fazer isso. Então nós estamos comprando, em toda a periferia, um lugarzinho, 5 por 8 metros quando dá, e quando eles podem ajudar e nós podemos também. Ali se levanta um barracão. Então, aí se pode discutir uma vez por semana. E nos outros dias, nas outras horas, a gente vê se dá para fazer isso ou aquilo, utiliza esse lugarzinho, que é um lugar de todos. Essa condição, que eu só descobri mais tarde, é indispensável, é a primeira coisa. Curioso, não dá para fazer na casa de alguém, tem de ser num espaço neutro. Se for na casa de alguém daqui a pouco não dá mais. E a segunda coisa é debater os problemas que lhes interessam.

PM — Houve uma denúncia recente de que estão investigando a vida econômica do pessoal da Igreja. Será por causa dessas aquisições em bairros, essas coisas todas?

D. Paulo — Sim, eu estou com um inquérito aqui em casa, e fotocópias de três inquéritos que eles estão passando por aí. Agora, o que nós não fazemos é nunca adquirir com o nosso dinheiro, porque nós não temos. A única coisa que nós tivemos em São Paulo, assim, líquido, foi o Palácio. E vim para cá, morar aqui nesta casa. Então, os 17 milhões daquele tempo nós aplicamos tudo para ajudar o pessoal. Mas não para adquirir em nome do pessoal. A primeira prestação somos nós que damos, o resto o povinho vai dando, porque se entrar o paternalismo já estraga tudo. Você compra e dá para eles... não dá. Então eles próprios têm que comprar, ajudar, etc.

PM — Essa mecânica eu percebi, mas a preocupação do governo de, de repente, investigar a Igreja, é por causa dessas aquisições ou eles querem envolver a Igreja também nesta onda de corrupção que parece que vai começar? Eles acusando a oposição, a oposição levantando a corrupção do governo, será que há alguma relação?

D. Paulo — Eu não sei, só vejo que eles estão perdendo tempo com esses inquéritos. É tão fácil. É só chegar na Cúria e pedir as cópias de tudo. E depois podem verificar. Nesse ponto é tão simples, é tão pouco o que pertence a nós, assim, a esta Igreja, com seus nove bispos aqui. É tão rápido que eles nem precisam mandar inquéritos assim.

TC — Nós ajudamos até... (risos)

D. Paulo — Nós não somos empresa. A coisa muda. É para ajudar o povo a

ter um lugar para se reunir. O que a gente lamenta é que naquele tempo foram construídas igrejas tão grandes assim, que hoje não servem para os fins que queremos. Agora esses centros aí, aos sábados e domingos, lá se reúne o povo para rezar. Ter a sua missa, ter a sua instrução, é a mesma coisa. Por outro lado, fazer um salãozinho feio ou bonito, custa quase a mesma coisa. Então sai um pouquinho mais bonito e ensina o povo também a ter as suas casas em ordem.

TC — A Igreja esteve praticamente ligada aos acontecimentos que geraram a Revolução de 64. Hoje, do ponto de vista da Igreja, o senhor acha que houve alguma vantagem prática pela interrupção de um processo e início de outro?

D. Paulo — Vantagem prática de nós tomarmos essa posição que tomamos?

TC — Quer dizer, a Igreja não perdeu nessa interrupção do procedimento constitucional do País? Não passou a ser pressionada, violentada?

D. Paulo — Naquele tempo ou hoje?

TC — Eu digo o seguinte: em 64, houve o movimento. A Igreja participou desse movimento em parte. Isto foi um ponto positivo ou negativo para a Igreja, visto de hoje?

D. Paulo — Eu não sei. Eu não participei assim. Eu estava em Petrópolis e a minha participação foi só a de pegar um jipe e ir ao encontro, lá em Minas, e verificar se tinha feridos de algum lugar, ou se precisavam de auxílio. Não participei em nada mais. Mas que a gente não queria a anarquia, não queria mesmo. Agora, não que a gente quisesse essa solução. Porque no momento — eu me lembro da noite, como se fosse hoje — em que saiu a primeira cassação, sobretudo quando saiu a cassação de Juscelino, eu sei que me levantei, lá do noticiário, fui embora, e os outros fizeram a mesma coisa, os padres que estavam lá assistindo também foram embora. Ora, uma pessoa não pode defender-se... Onde não há justiça não há mais nem vantagem para ninguém, mas para ninguém mesmo. Eu não sei como não se vê esse absurdo.

SG — Qual é o seu ponto de vista sobre essas movimentações na universidade recentemente?

D. Paulo — Eles lutam por quatro pontos. “Queremos que soltem os estudantes”. Mas é evidente que nós queremos isso. Eu sei que os operários presos, alguns são cria nossa desde criança, gente generosa, boa, família está aí, todos têm endereço certo, todo mundo sabe onde eles moram, quando saem até, o horário deles, o dia inteiro. Para que mantê-los incomunicáveis? Uma menina de 18 anos incomunicável, com esses policiais por aí? E a gente sabe de tantos outros, que sentados aqui contaram o que aconteceu. Agora, quem é que não briga por isso? Se fosse minha irmã, fosse minha sobrinha. Não, simplesmente não dá. É um absurdo. Em qualquer situação, não dá. “Anistia ampla”. Quem não quer isso? Três mil pedindo lá em Paris para terem documentação, porque o governo tirou até o passaporte, eles não têm mais nada...

SG — Como homens fora da história...

D. Paulo — São homens fora da história, eles não têm mais história, não têm mais nem possibilidades de se locomover. E depois os outros dois pontos, é a mesma coisa: “liberdades democráticas”. Quem é que não quer liberdades democráticas? Participação? Então não vejo o que há de subversivo.



TC — Como o sr. veria uma possibilidade de evolução no sentido democrático da sociedade brasileira?

D. Paulo — Olha, eu acho que a democracia é risco. Qualquer coisa boa na vida é risco. E se a gente não assumir esse risco não é possível. Agora, alguns argumentam que entraria a anarquia. Eu acho que nós temos a melhor das tradições possíveis no mundo e o Exército como poder moderador, no passado. Então não é um desprestígio para as Forças Armadas. Eu acho que elas próprias devem estar torcendo por uma possível saída. Não sei como, talvez uma Constituinte poderia introduzir isso, ou qualquer coisa assim. Mas não seria uma derrubada para ser uma outra coisa, seria completamente ilógico. O lógico seria uma evolução e uma tese suficientemente bem arquitetada. Isso os juristas deveriam fazer, e todos os que têm experiência política, para que não entrasse uma anarquia, mas sim um regime de liberdades democráticas totais, enquanto isso é possível na história humana.

TC — O senhor não acha que cada vez mais o governo fecha essas portas? O próprio governo, ao fechar as portas para uma redemocratização total e absoluta, não cria condições para que seja muito penosa a saída, depois?

D. Paulo — Mas eu imagino que o momento agora ainda é muito oportuno.

TC — Ainda temos chance, então?

D. Paulo — Eu acho que ainda temos muita chance, porque dentro desta meia liberdade que, ao menos, leva os jornais a publicar tudo, nós temos toda possibilidade de ter opinião pública favorável. E então, se, por exemplo, um governo forte decidisse eleições e decidisse a propaganda e decidisse a constituinte, eu acho que o povo todo participaria numa total alegria, porque nós temos um grupo de estudantes que a gente esperaria que fossem os mais exaltados e, no entanto, são moderados. E as outras forças? Eu acho que os artistas nunca estiveram tão conscientes de terem que trabalhar para a construção, como hoje.

PM — Eu acho que o homem, no sufoco que anda está pedindo um período de descanso. Um período em que se possa cuidar até do amor. O senhor veja, na mesma quinta-feira em que aqui em São Paulo havia um protesto do estudante, do jovem brasileiro, e que tudo transcorreu, da parte do estudante, na perfeita harmonia, reivindicando coisas a que nós todos temos o direito, que é andar pela rua em grupo, que não altera nada... nesse dia em Ribeirão Preto o povo saiu à rua, consentido pelo governo, para comemorar a vitória do Botafogo de Ribeirão Preto, que foi campeão. E o sufoco é tanto que lá, sim, eles saquearam trinta lojas e houve baderna total, porque todos estão desacostumados de andar na rua até para co-

“Verdadeiro cristão é aquele que traduz o Evangelho para os dias de hoje.”



memorar futebol. Então esse sufoco do povo, do povo sem consciência do que está se passando na nação, como o senhor bem disse, sem capacidade de ver o que está acontecendo, quando ele vem para a rua, mete medo. Hoje nós temos mais medo da comenioração da torcida do Corinthians do que de uma passeata de estudantes.

D. Paulo — É... a única vez que eu torci contra o Corinthians (foi) quando ele jogou em Porto Alegre, porque se ele ganhasse, eu tinha medo que houvesse quebra-quebra aqui. Tava tal a atmosfera que...

PM — É uma coisa que não conduz a nada.

D. Paulo — Realmente não conduz a nada. Quando se reivindica liberdades democráticas de uma maneira tão ordenada como está sendo feita, acho que é a hora de introduzi-la. É o momento psicológico favorável, em vez de ser desfavorável como o senhor (Tarso) pensou por causa desses acontecimentos do fechamento do Congresso, e outros. Eu tenho a impressão de que há um diálogo que se faz entre duas pessoas. Nós estamos fazendo um diálogo aqui. E há um diálogo que a gente faz deixando o outro conversar para muita gente escutar. Eu estou até com a impressão de que o governo está usando esse segundo diálogo, ao menos permitindo, está deixando. Eu acho que esta idéia, uma vez propagada, etc, começa a conquistar pessoas como está

conquistando, da Arena, pessoas de governo, já ouvi de muitas partes. Daqui a pouco se torna mais ou menos um bem comum e se o governo, diante de uma opinião geral de todos que o cercam, ainda não ceder, então, talvez, com um pouquinho mais de paciência, ele vai ceder.

TC — Mas o senhor não vê um cansaço monstruoso no povo todo, as pessoas entediadas disso?

D. Paulo — O pior que pode acontecer em uma nação é isso. É de não querer nem mais discutir os problemas.

SG — Mas não é o contrário disso que está acontecendo? A reanimação da discussão, dos debates?

D. Paulo — É que o começo feito pelos estudantes e por alguns intelectuais é animador. Porque depois de um cansaço, tem que vir qualquer coisa mesmo, ou é a morte. Você toma um banho e recomeça, não é? O banho seria a constituinte.

TC — O que me impressiona muito é que esse governo dos últimos anos, não me refiro ao governo Geisel, mas o governo em geral, desenvolveu um tal trabalho que foi minando área por área. E só não conseguiu vencer realmente, dominar uma área: a chamada área intelectual. A que abrange estudantes, Igreja, etc. E essa vitalidade o senhor atribui a que, num país desinformado culturalmente como o Brasil? Por que ainda continua essa reação nesta área?

D. Paulo — Eu acho que há dois

motivos puramente materiais, verificáveis: um é que os nossos livros e as nossas revistas continuaram circulando...

TC — Embora agora tenha até a proibição para livros estrangeiros, não é?

D. Paulo — Mas o fato é que muitos livros reproduziram coisas que os jornais nunca deram, nem televisão nem nada, e que alimentaram uma espécie de plano, ou digamos de informação, e talvez de diálogo até, entre intelectuais, embora houvesse restrições também neste campo. Mas uma outra coisa que eu também acho interessante é que as nossas universidades, exatamente neste momento, tentaram uma reforma universitária, que é muito útil, e que não nasceu do governo. Nasceu de um período anterior. É o Básico discutindo os problemas humanos durante dois anos. Problemas humanos, mas em todo o sentido, não é? Então, não é verdade que os estudantes estavam cansados antes, porque chegaram agora. Os professores se animam porque os estudantes reagem bem nesse tempo de debate. Verdade é que a USP se cansou da reforma e não está continuando. Mas a PUC está com a reforma ainda e os universitários também estão. O Básico discute... e qual é a matéria principal? Os problemas humanos, a filosofia dos direitos humanos, nesse sentido. Eu acho que este é o segundo motivo que levou muitos professores a continuarem a acreditar. Recordo-me de uma palavra de Pio XI durante o fascismo. Ele estava com a juventude e a juventude dizia a mesma coisa que ele: “E não vai se fazer nada, agora?” Esses são os momentos bons da gente se preparar para uma ação que vem depois. A universidade, para mim, tem que estar ligada ao povo, tem que captar o povo, pesquisar. Ela tem que dar rumos para a História. Não é possível que eu tenha que encomendar um São Paulo Desenvolvimento e Pobreza para um CEBRAP, e não possa encomendar isso para uma PUC ou uma USP. Não é compreensível, não é normal. A universidade tem tudo na mão para fazer isso.

TC — A maior influência que esse país sofre, do ponto de vista de pregação política, nos últimos tempos, me parece que é a televisão. Eu gostaria de ter uma opinião sua sobre o papel da televisão no Brasil, especialmente no que se refere à falsa moral de novela, à desinformação do noticiário, ao mundo de mentiras que foi criado.

D. Paulo — É aí que você entra no problema mais duro para mim. A gente estava pensando que a televisão viraria, dentro de pouco tempo, uma coisa cansativa e fosse abandonada, sobretudo pela juventude. E a informação que eu tinha é que em outros países, como a Alemanha, os Estados Unidos, a França, etc, de fato a juventude estava abandonando. Mas aqui isso não se dá.

PM — Uma teoria: dizem que, em época de crise, o povo começa a procurar diversão fora de casa. E esse fenômeno está começando a se observar no Brasil. Mas realmente, o povo está sem possibilidade de sair de casa e o único lazer que sobra a ele é a televisão.

D. Paulo — Agora, eu queria fazer uma pequena comparação e depois passar para uma análise, porque esse é o problema chave. O povo não vai com a gente, e se o povo não for com a gente não adianta fazer nada, porque a gente não está aí para fazer alguma coisa para o povo, ele é que tem que fazer. Então, aí é que está todo o problema. Eu estive há pouco tempo em uma cidade da Amazônia que ainda não tinha televisão, mas ia receber a televisão: Itaquiara. Então, à noite, percorrendo a cidade, havia vários

grupos de gente tocando viola, bandolim, falando e discutindo os problemas. Tinha gente que organizava um pouco e discutia o preço do peixe. O preço do café, do açúcar, como é que podemos transportar em comum, etc. Agora vem a televisão. Daqui a pouco, como já acontece, o pessoal tem televisão e vai ficando em casa. É difícil esse negócio... Nós estamos pedindo, por exemplo, em cada comunidade-zinha, por pequena que seja, onde haja uma máquina de escrever, que se comunique as coisas que estão acontecendo. Tudo quanto é lugar, uma pequena comunicação, analisando as coisas, que é para criar um pequeno espírito crítico. Essa é uma primeira coisa. É uma segunda coisa já é mais no seu campo, Plínio. O teatro. O povo tem uma sensibilidade enorme para representar e aceitar representações. Se a gente pudesse montar pequenas representações...

PM — Mas aí tem um problema, porque se as pessoas vão e fazem para o povo, está se impedindo que o povo faça para si mesmo.

D. Paulo — É que eu participei daquele tempo em que os operários jovens faziam no meu bairro, onde eu trabalhei durante dez anos, a representação de tudo, e tudo era improvisado. Eles só se reuniam uma hora antes e aí... “o que é que nós vamos representar hoje?” Então eram as coisas do lugar, as coisas que doíam, as coisas que alegravam, e então eles combinavam: você faz isso, isso e aquilo. Aí eles entravam no palco e a gente ria até chorar, a gente saía feliz...

NM — ... o negócio era espontâneo, e hoje tem o problema da censura.

PM — ... que está proibindo a ponto de querer censurar até versos de repentistas de Pernambuco.

D. Paulo — ... censurar o improviso. É verdade (risos).

TC — Há uma ditadura cultural no País, e com muita força através da televisão.

D. Paulo — Eu gostaria que as telenovelas, por exemplo, fossem um pouco arte do povo, ou a expressão do povo, ao invés da classe média, dos sonhos da classe média levados no vídeo para todo mundo.

TC — É aquela história do “o que é bom na vida é o que eu consumo”...

D. Paulo — Aí é que está a chave do problema. Em vez do consumo, a participação. Agora, a participação só se faria se a televisão partisse também para reproduzir as coisas do povo.

TC — Olhe, eu sou da opinião de que a televisão deveria ser entregue definitivamente para o governo, que já controla totalmente a tevê através da censura. Por exemplo, o índio que passa é o pele-vermelha, porque eles proibem um documentário sobre o nosso índio. O senhor não acha?

D. Paulo — Não sei se não é uma tese entreguista, porque assim você também vai passar o rádio, depois o jornal, no fim você vai passar as escolas, vai passar tudo. Eu penso que a gente deve ter opções.

PM — Eu volto ao tema da cultura do povo, que é uma coisa que não se está respeitando.

D. Paulo — Você sabe que isso é em tudo, na religião também? Não é só na arte, é em todo lugar. É preciso voltar a escutar o povo e deixar que ele crie os seus meios de comunicação. Sem paternalismo, mas com incentivo. Porque agora, o povo sozinho, ele está sem defesa.

TC — O senhor falou uma palavra que eu acho muito bem colocada: o paternalismo. Bom, o senhor não acha que, de uns anos para cá, o próprio governo tem pregado um paternalismo

“Torci só uma vez contra o Corinthians: tinha medo de quebra-quebra aqui”

ostensivo, quer dizer, virando pai do povo o tempo inteiro? Dizendo o que é bom, o que é ruim, o tempo inteiro?

D. Paulo — Não só o que é bom e o que é ruim. Você viu aquela noite em que o ministro da Educação falou. Os estudantes estavam para ir para a rua, etc. Eu estava à frente da televisão naquela hora, por acaso. Então, eu vi o ministro, na hora em que os estudantes estavam falando dos quatro pontos que queimam na alma da gente, dizer que o governo aumentou de dois bilhões para treze bilhões a sopa, que aumentou o número de livros gratuitos de tantos bilhões para tantos bilhões, que o governo está dando merenda...

TC — Mas é obrigação, apenas.

D. Paulo — Mas, não é nem obrigação de dar. Mas se ele dissesse, por exemplo, que o 477 pode cair mesmo, quer dizer, alguma coisa ao encontro do que as pessoas estão querendo... Voltando ao paternalismo, nós podemos ajudar e temos a obrigação de ajudar, porque nós ganhamos a nossa formação à custa do povo. Temos que devolver ao povo a nossa formação. Então nós podemos ajudar o povo e temos que ajudar, a estimular. Mas não dar, sempre dar, tudo prontinho.

PM — É o direito de adquirir.

D. Paulo — O direito de adquirir. É uma expressão antiga: O povo tem que tomar sua história na mão, se não nada feito. E paternalismo evita exatamente isso. Sempre dando, está fácil. Agora, que a merenda em certos lugares é necessária ninguém discute. E há também outras coisas que ninguém discute. Mas não é responder aos estudantes com essas coisas, que estão dando merenda etc. A fala do ministro até foi calma, suave, dentro daquele ambiente. Ele foi mesmo admirável como pessoa, por não gritar, essas coisas. Mas não foi a resposta.

TC — Ele falou para outros grupos, não é?

D. Paulo — Sim, foi para outros grupos.

TC — A crise estava aqui e ele falou para os que estavam em casa, assistindo a televisão.

D. Paulo — Ele falou para os que não iam na passeata.

PM — O senhor sabe que, neste prezado momento no Brasil, nenhuma manifestação artística, das mais elitistas como a ópera, até a saída da escola de samba, não se realizam se não forem subvencionadas pelo governo? Porque eles pegaram e conseguiram tirar qualquer possibilidade de organização espontânea de baixo para cima, das coisas populares e artísticas? O senhor acha que uma arte atrelada ao governo pode ser sadia?

D. Paulo — Curiosamente foi uma pergunta que eu fiz aos universitários americanos: “Como é que vocês subsistiram? Vocês têm alguma subvenção do governo?” Eles me responderam: “Nós não ganhamos um dólar do governo”. E como é que vocês se sustentam? “Pois é, é a coisa mais dura da nossa vida, mas é conservar a liberdade. Nós não dependemos de nada.” Agora, até onde que a gente pode ir? Eu sei que com a história da Igreja foi assim: até 1889 os padres e bispos eram pagos, e dizem até que eram razoavelmente bem pagos. E não deu nada. De 89 para cá nós adquirimos liberdade, estamos crescendo muito mais, e estamos também muito mais à vontade. Eu acho que todo mundo deveria lutar por isso. Mas não vejo como fazer sem que haja uma certa consciência. Por exemplo, gente que passou por nossa universidade não faz o que fazem os ameri-

canos. Vamos cuidar que esta universidade esteja em ordem, não esteja lutando sempre por falta de dinheiro, que possa pagar os professores. Até hoje não vi uma subvenção particular, que seria bem fácil e bem possível só para nossos ex-alunos. A mesma coisa seria a USP. Podia fazer isso e fazer com uma facilidade única. Mas ainda não entrou esta mentalidade.

SG — E se o dinheiro que o povo paga, através de impostos, não apenas do Imposto de Renda, mas também do imposto embutido em cada coisa comprada, o ICM, etc, fosse aplicado numa universidade?

D. Paulo — Um francês me explicou há pouco tempo que a França entrou na fase de progresso a partir de uma lei que permitia às indústrias de passar o imposto para escolas criadas por elas, para pesquisa e para a capacitação dos operários, em vez de dar este imposto para as escolas do governo. A partir deste momento é que houve a explosão de tecnologia e progresso. Atualmente, a França está em muitos pontos à frente de todos os países do mundo, por causa de coisas assim. Quer dizer, o

imposto não passa por uma burocracia. É controlado, e passa para a educação. Isto vale para todas as outras coisas, para a arte também.

NM — Nós estávamos falando, há pouco, de contradições. O senhor estava dizendo que a Igreja não é um bloco unido, porque mesmo nessas palavras Jesus Cristo não era...

D. Paulo — Sim, ele veio para ser sinal de contradição

NM — Como é que o senhor vê hoje a Igreja nessa visão de contradição?

D. Paulo — Quinta-feira passada, um bispo, aqui nesta sala, disse uma palavra: “nós não devíamos fazer nada que não fosse feito com risco, porque se não é sinal que não vale.” O cristianismo é constante risco. Risco da pessoa, risco da posse. Se não, é um conformismo que está por aí. E a renovação é sempre sair de uma acomodação qualquer.

NM — E o risco, hoje, qual é?

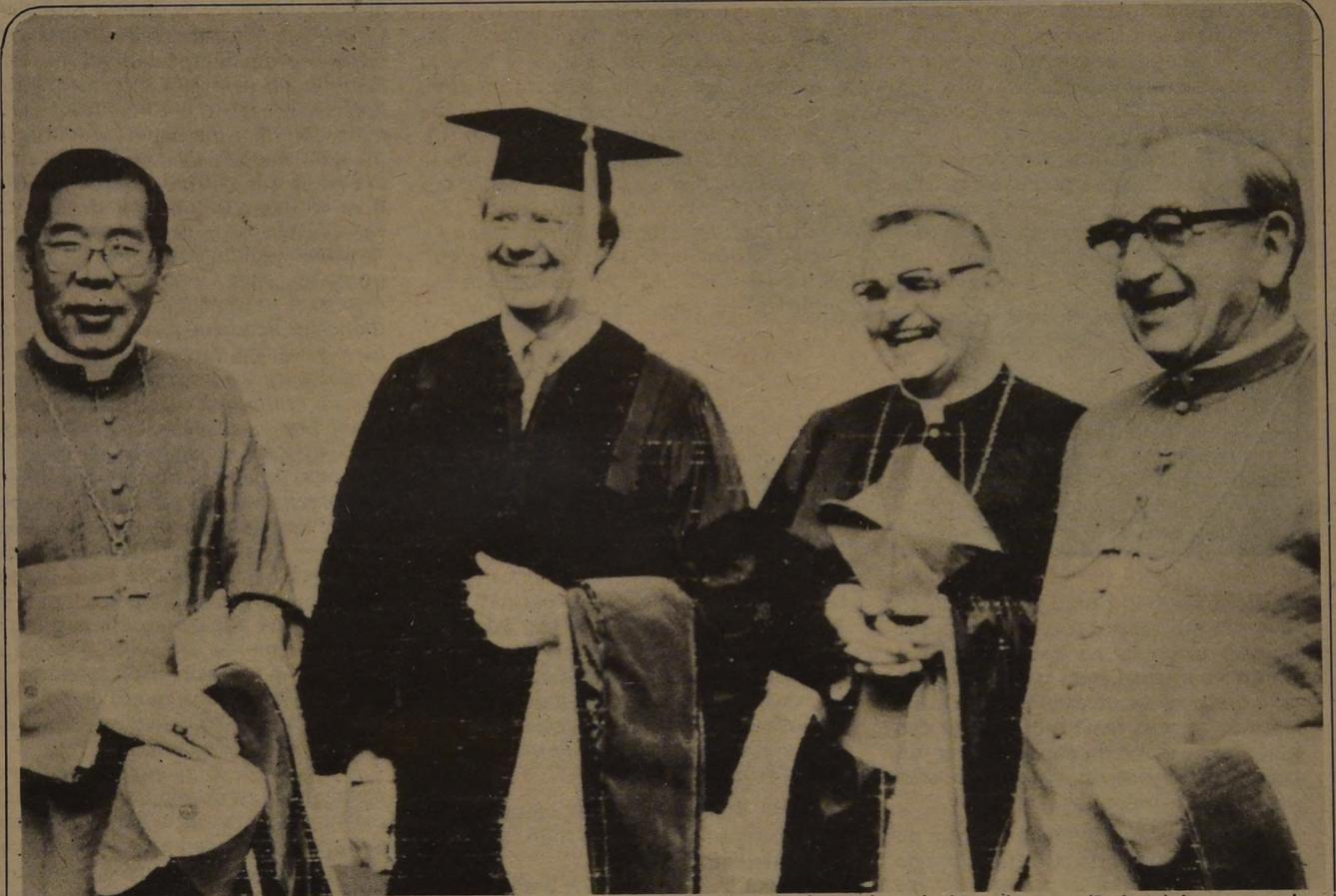
D. Paulo — O risco é de, acredito, falta de generosidade. As pessoas, por

exemplo, podem dizer “bom, eu creio em Cristo”, mas não são generosas. Acho que o egoísmo é a barreira para tudo. Não sei. É difícil dizer qual é o risco, porque cada qual tem os seus riscos. E cada ação tem um risco diferente. Mas eu acho que o cristianismo é mesmo fogo.

TC — A palavra cristão é muito usada e abusada. Então, eu queria que o senhor definisse o verdadeiro papel do cristão dentro da sociedade, como se classifica o cristão mesmo, o cristão de fato, e não um que apenas use dessa condição.

D. Paulo — Eu acho que cristão é aquele que traduz o Evangelho para os dias de hoje. Vou lhe contar, para terminar, porque tenho uma missa para rezar, um caso que aconteceu. Um comandante que saía de São Paulo, no finalzinho se tornou meu amigo. Ele disse assim, sentado na minha casa.

“Li agora, pela primeira vez, o Evangelho. Mas como esse Cristo era subversivo...” O cristianismo é fogo.



D. Paulo, Carter, cardeal Stephen Kim (Coréia), cardeal Donal Lamont (Rodésia), homenageados.

Quando D. Paulo voltou

Pergunta — A atitude do presidente Carter e do povo norte-americano na defesa dos direitos humanos poderá influir, de alguma forma, na luta do povo brasileiro por melhores condições de vida?

D. Paulo — Acredito que os próprios norte-americanos terão muito a fazer internamente. E o seu exemplo, será seguido por outros países, como disse Carter. No Brasil, precisamos ver o que podemos fazer, por exemplo, pela mãe desamparada, pelo menor delinquente ou abandonado, pelo homem preso. Mas, nada abstrato, coisa concreta.

Pergunta — Qual a expectativa de os norte-americanos têm do Brasil?

D. Paulo — Andei pela Europa há 25 anos atrás e havia muita simpatia. Era só a gente dizer “sou brasileiro” e pronto, éramos amigos. Voltei lá recentemente e não é mais assim. Já nos Es-

tados Unidos, senti que o carinho está voltando, depois que tivemos aqui um ano e pouco sem torturas sistemáticas.

Pergunta — Durante sua viagem aos EUA, alguma personalidade lhe perguntou sobre o movimento que há no Brasil pela Constituinte?

D. Paulo — Não. Não me falaram de nenhuma solução para o Brasil, mas todos estranharam que não houvesse uma Constituição livre. É muito difícil explicar, no exterior, o que significa o Ato 5: ninguém entende como é possível existir uma coisa por cima da Constituição.

(Trecho de uma entrevista realizada no dia 27 de maio)